



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2025**

**CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG.**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETO DE PCI (PROJETO DE COMBATE DE INCENDIO PARA A ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA) PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.**

**VALOR TOTAL/ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 4.831,16 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).**

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

**De 02/06/2025 das 12:00**

**Até 06/06/2025 08:30**

**PERÍODO DE LANCES**

**De 06/06/2025 das 09:00 horas**

**Até 06/06/2025 até 15:00 horas**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**NAO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG.**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 017/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 129/2025**

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG**, CNPJ Nº 18.675.934/0001-99, por meio do **SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS DE MUNHOZ/MG**, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão: 06/06/2025**

Link: endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

Horário da Fase de Lances: 09:00 ATE 15:00 horas

Tempo de duração: 06 (seis) horas

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETO DE PCI (PROJETO DE COMBATE DE INCENDIO PARA A ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA) PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.**

**A contratação será dividida em itens ocorrerá em item/lote único, conforme tabela**

**01 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETO DE PCI (PROJETO DE COMBATE DE INCENDIO PARA A ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA) PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.**

Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas vedações do art. 14 da Lei 14.133/21.

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

### 3. **INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1 Declaramos que inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.6.2 Declaramos o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber.

3.6.3 Declaramos o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento.

3.6.4 Declaramos nossa responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.6.5 Declaramos o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber.

3.6.6 Declaramos o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

#### 4. FASE DE LANCES

4.1. **A partir do dia 06/06/2025 das 09:00 da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado às 15:00.**

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 10,00 (dez reais).**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.4.6. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 5.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado via sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.8. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. **O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

6.1.1 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

6.1.2 Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;

6.1.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/11.

6.1.1. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.2. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta dispensa, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

6.1.3. Cartão de CNPJ.

6.1.4. Cópia do CPF e RG do proprietário e do sócio administrador da empresa;

6.1.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

#### 7. **CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto 01 (um) dia úteis para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. Na assinatura do contrato terá validade de 12 (doze) meses, ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

#### 8. **SANÇÕES**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. **O procedimento será divulgado no site BBMNET, no site <http://www.munhoz.mg.gov.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.**

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III e art. 64, da Lei 14.133/21.

9.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.9.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

- 9.9.2. ANEXO II - Termo de Referência;
- 9.9.3. ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.
- 9.9.4. ANEXO IV – Modelo de Contrato.

MUNHOZ/MG, 22 DE MAIO DE 2025.

---

**DORIVAL AMANCIO FROES**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE MUNHOZ**

---

**RENATA SERAFIM BORBA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### ANEXO II

#### TERMO DE REFERÊNCIA

**DISPENSA ART 75, INCISO II, 14.133/2021.**

**DISPENSA Nº 017/2025**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2025**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROJETO DE PCI (PROJETO DE COMBATE DE INCENDIO PARA A ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA) PARA O DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ/MG, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.**

**JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:** objetiva apresentar os fundamentos técnicos, legais e operacionais que justificam a necessidade de elaboração e implantação de um Projeto de Combate a Incêndio (PCI) para a unidade escolar (ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA) localizada no endereço BAIRRO DOS POLICAS.

A proteção contra incêndio em edificações escolares é uma exigência prevista em diversas normativas e legislações, tanto em âmbito federal quanto estadual. No contexto da segurança contra incêndios, destacam-se a Lei Federal nº 13.425/2017 (Lei Kiss), que estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndios em estabelecimentos de reunião de público, e as Instruções Técnicas (ITS) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, que regulamentam as condições mínimas de segurança para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

Além disso, o projeto deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com destaque para:

ABNT NBR 9077:2001-Saldas de emergência em edifícios,

ABNT NBR 13434-Sinalização de segurança contra incêndio e pânico:

ABNT NBR 17240:2010-Sistemas de detecção e alarme de incêndio:

ABNT NBR 5419-Proteção contra descargas atmosféricas;

ABNT NBR 13714 incêndio, Sistemas de hidrantes e mangotinhos para combate a

ABNT NBR 14276-Brigada de incêndio - Requisitos.

A unidade escolar objeto deste estudo encontra-se em fase pré-operacional, ainda não iniciando suas atividades escolares regulares. A edificação está em fase final de construção ou implantação, prevendo-se que, uma vez em funcionamento, atenderá a uma demanda estimada de 200 a 300 alunos e 25 funcionários em média. A estrutura física da escola compreende um edifício com um pavimento, incluindo salas de aula, áreas administrativas, sanitários, refeitório, biblioteca, laboratórios e demais áreas comuns previstas no projeto arquitetônico.

Mesmo antes do início das atividades, é imprescindível a elaboração e aprovação do Projeto de Combate a Incêndio (PCI), uma vez que este é requisito obrigatório para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), documento essencial para que a escola possa operar de forma legal, segura e em conformidade com as normas técnicas e a legislação vigente. A edificação se enquadra, desde sua concepção, como uma ocupação do tipo escolar/institucional, conforme classificação das normas de segurança contra incêndios, o que demanda medidas específicas de prevenção e proteção.

A elaboração do Projeto de Combate a Incêndio, portanto, se faz indispensável para:

Atender à legislação vigente e às exigências do Corpo de Bombeiros;

Garantir a segurança e a integridade física de todos os ocupantes da escola;

Adequar a edificação às boas práticas de engenharia e prevenção de riscos,

Viabilizar a emissão do AVCB e demais licenciamentos legais;

Promover um ambiente escolar seguro, resiliente e em conformidade com os princípios da gestão de risco e proteção à vida.

Este ETP, assim, constitui o ponto de partida para a futura contratação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança contra incêndios, culminando na elaboração, aprovação e execução do respectivo projeto técnico, conforme diretrizes normativas e legais aplicáveis.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 1-NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Dos requisitos necessários para o atendimento da necessidade: 953

A contratação e elaboração do Projeto de Combate a Incêndio (PCI) para a escola Municipal Benedito Teodoro de Oliveira deverá atender a um conjunto de requisitos técnicos, legais e administrativos que assegurem a conformidade do projeto com as normas de segurança vigentes e a sua devida aprovação pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais. A seguir, são apresentados os requisitos mínimos necessários:

#### 2.1 Requisitos Técnicos

Levantamento técnico completo da edificação, com base em projeto arquitetônico atualizado e aprovado, incluindo informações sobre área construída, número de pavimentos, ocupação, rotas de fuga, acessos, materiais de acabamento e uso de cada ambiente.

Adequação às normas da ABNT, em especial

NBR 9077-Saldas de emergência em edifícios,

NBR 13434-Sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

NBR 17240-Sistemas de detecção e alarme de incêndio,

NBR 13714-Sistemas de hidrantes e mangotinhos,

NBR 5419-Proteção contra descargas atmosféricas,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

NBR 14276-Brigada de incêndio-requisitos,

Demais normas específicas aplicáveis ao tipo e ocupação da edificação.

Atendimento às Instruções Técnicas (ITs) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, conforme a legislação estadual vigente, incluindo ITs específicas para Dimensionamento de extintores.

Sinalização de emergência, Iluminação de emergência; Sistemas de hidrantes e mangotinhos, Detecção e alarme de incêndio:

Controle de materiais de acabamento e revestimento

Elaboração de planta técnica do PCI, em formato compatível com o sistema de análise do Corpo de Bombeiros (plataforma digital, se for o caso), contendo memorial descritivo, memoriais de cálculo e todos os detalhes exigidos para aprovação do projeto.

#### 2.2 Requisitos Administrativos e Legais

Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) emitida por profissional habilitado (engenheiro ou arquiteto) com atribuições em segurança contra incêndio e registro no respectivo conselho de classe (CREA/CAU);

Compatibilidade com o projeto arquitetônico aprovado pela prefeitura e/ou órgão competente evitando conflitos entre os projetos complementares

Cumprimento da Lei Federal nº 13.425/2017 (Lei Kiss), que institui diretrizes nacionais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio, especialmente em locais de reunião de público

Observância às exigências de acessibilidade, conforme a NBR 9050, garantindo que as rotas de fuga e os sistemas de emergência estejam adaptados a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Previsão de treinamento de brigada de Incêndio e instruções básicas de evacuação para os ocupantes da escola como medida complementar a implantação dos sistemas de proteção

#### 2.3 Requisitos Operacionais

Elaboração de projeto em prazo compatível com o cronograma de funcionamento da escola, de forma a garantir a obtenção do AVCB antes do início das atividades educacionais, Suporte técnico ao longo do processo de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, incluindo eventuais adequações ou complementações exigidas.

Entrega de toda a documentação técnica em formato físico e digital, conforme exigência do Corpo de Bombeiros e dos órgãos fiscalizadores.

Da justificativa acerca da natureza sob demanda do fornecimento:

A elaboração do Projeto de Combate a Incêndio (PCI) para a unidade escolar ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA caracteriza-se como uma necessidade de natureza sob demanda, pois sua execução está diretamente condicionada à situação específica de uma edificação em fase de implantação ou regularização. Trata-se de um serviço técnico especializado que não possui natureza contínua, uma vez que é realizado uma única vez por empreendimento, com validade vinculada às alterações físicas da edificação ou ao vencimento do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), geralmente com prazo de 1 a 5 anos, conforme legislação estadual vigente.

O fornecimento sob demanda é justificado pelos seguintes aspectos:

**Singularidade e Especificidade do Objeto**

O projeto a ser elaborado deverá ser personalizado conforme as características construtivas e funcionais da edificação escolar em questão, atendendo a critérios técnicos específicos, como área construída, número de pavimentos ocupação, rotas de fuga, acessos, materiais de acabamento e público atendido (crianças, adolescentes e profissionais da educação). Não se trata, portanto de um serviço padronizado ou de catálogo, mas sim de solução técnica sob medida, com base em vistorias e levantamentos realizados in loco

**Caráter Eventual e Não Contínuo da Necessidade**

A necessidade de um PCI ocorre de forma pontual, usualmente em três situações

Construção ou reforma de uma nova edificação:

Regularização de imóvel existente.

Renovação do AVCB em razão do vencimento ou alterações estruturais relevantes

Nesse caso, como se trata de edificação nova ou em processo de legalização, a elaboração do projeto é uma ação pontual, com escopo definido e entrega única, sem previsão de recontrações rotineiras, o que caracteriza plenamente o fornecimento sob demanda

**Exigência Condicional à Liberação de Funcionamento**

A contratação do PCI é uma condição indispensável para a obtenção do AVCB, documento obrigatório para o funcionamento regular da escola conforme determinações do Corpo de Bombeiros e da legislação municipal e estadual. Assim, a demanda pelo projeto surge em função de uma exigência legal e regulatória vinculada à etapa de implantação da unidade escolar.

**Inexistência de Solução Interna Disponível**

A Secretaria de Educação e/ou o órgão gestor da infraestrutura escolar não dispõe de equipe técnica própria habilitada para a elaboração de projetos dessa natureza, especialmente aqueles que exigem responsabilidade técnica e registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Dessa forma, a contratação de serviço especializado torna-se imprescindível, sendo acionada sob demanda, conforme surgimento da necessidade.

#### 4.3 Contribuição para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A contratação e execução deste projeto, mesmo sendo pontual e técnica, contribui de forma indireta para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: Ao proporcionar um ambiente escolar seguro e protegido contra incêndios;  
ODS 4 Educação de Qualidade: Garantindo a infraestrutura segura necessária ao funcionamento da escola;  
ODS 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis: Fortalecendo a resiliência de edificações públicas e a prevenção de desastres;  
ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis: Ao promover a redução de resíduos e o uso racional de recursos na elaboração e entrega do projeto.

#### - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

##### Justificativa da Viabilidade

Espera-se com esta contratação que os estudantes das escolas municipais de Munhoz qualidade, promovendo a dignidade da humana, assegurando-lhes a igualdade de condições na escola, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa e o preparo para o exercício da cidadania. princípios estes que estão previstos na Constituição Brasileira, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA - lei nº 8069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas do ramo de atividades, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de sejam contemplados com uniformes escolar de pessoa Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), racionalização e otimização do uso dos recursos.

O Prazo de validade da prestação dos Serviços terá duração de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura. Isto posto, uma vez revestido das formalidades legais e necessárias, pelo presente, **JUSTIFICO** a necessidade de abertura do processo.

**4- GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO:** ( ) Baixa ( ) Média (X) Alta.

#### 5- DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MEDIO
1	SV PCI ESCOLA DOS POLICAS prestacao de servicos PCI combate a incendio . contratacao de profissional habilitado para elaboracao de projeto PCI ( projeto de combate de incendio ). Servicos a serem prestados . Elaborar projeto de incendio , dar entrada com o projeto de incendio ,dar entrada com o projeto no corpo de bombeiros ,acompanhar os tramites do processo junto ao corpo de bombeiros , orientar o proprietario quanto a instalacao das medidas de seguranca , emitir art ( anotacoes de responsabilidade tecnica). Apos a aprovacao entregar avcb ( auto de vistoria do corpo de bombeiros ) Deveres da contratante Disponibilizar copia do projeto , disponibilizar os documentos necessarios , atualizacao do projeto Deveres do contrato acompanhar o processo , entregar copia do projeto de incendio aprov. POR CONTA DA CONTRATADA: alimentação, transporte, hospedagem, nota fiscal.	SV	01 serviço	R\$ 4.831,16 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e dezesseis centavos)

**6- LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser realizados no **LOCALIZADO NA ESCOLA MUNICIPAL BENEDITO TEODORO DE OLIVEIRA, Munhoz/MG.**

#### 7- RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA:

- ✓ Manter-se em dia com as obrigações fiscais da empresa e com os documentos de regularidade fiscais exigidos no momento de assinatura do Termo de Contrato;
- ✓ Zelar para que o profissional que for realizar o atendimento a Prefeitura esteja trajado em conformidade com a prestação de serviços;
- ✓ Obedecer em estrita regularidade a observância a legislação e agir sempre pautada nos princípios da legalidade e moralidade;
- ✓ Guardar sigilo sobre informações e dados da Prefeitura Municipal de Munhoz em estrita observância a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados;
- ✓ Manter um número de contato com a Prefeitura Municipal de Munhoz para que todos os servidores que necessitarem de atendimento possam facilmente sanar as dúvidas relativas a todas as áreas pertinentes





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

a contratação.

✓ A contratada será responsável pela execução integral dos serviços técnicos necessários à elaboração, tramitação e aprovação do Projeto de Combate a Incêndio (PCI) da edificação, incluindo a realização de visita técnica para levantamento de dados, elaboração do projeto em conformidade com as normas da ABNT, Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros e legislações vigentes, emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), protocolo e acompanhamento do processo de análise junto ao Corpo de Bombeiros, atendimento a eventuais exigências e correções, fornecimento de todas as plantas, memoriais e documentos exigidos, orientação à contratante quanto à execução das medidas de segurança previstas, acompanhamento das vistorias técnicas, entrega do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) após aprovação final, bem como a disponibilização de toda a documentação em formato físico e digital conforme exigências legais. O não cumprimento das obrigações implicará nas penalidades previstas em contrato e na responsabilização técnica conforme a legislação aplicável.

#### 8- RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

✓ A Prefeitura Municipal de Munhoz/MG será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

✓ Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

✓ Acompanhar, controlar e avaliar a entrega dos serviços objeto, rejeitando-os quando apresentar deficiências e/ou irregularidades.

✓ A Prefeitura Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

✓ Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.

✓ Cabe ao contratante disponibilizar à contratada todas as informações e documentos necessários à correta elaboração do Projeto de Combate a Incêndio (PCI), incluindo cópias atualizadas do projeto arquitetônico, planta da edificação, memorial descritivo e demais dados técnicos relevantes; facilitar o acesso à edificação para realização de vistorias e levantamentos in loco; prestar os esclarecimentos solicitados de forma tempestiva; providenciar, quando necessário, a execução das adequações físicas e instalações recomendadas no projeto; manter comunicação constante com a contratada durante todo o processo de tramitação e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros; bem como receber, arquivar e preservar toda a documentação técnica entregue, inclusive o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). O contratante também deverá assegurar o cumprimento dos prazos acordados, colaborar na execução das etapas previstas e adotar as medidas necessárias para a efetiva implementação das soluções propostas no projeto.

FICHA	RECURSO	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO
180	Manutenção das Ações Ensino Fundamental	02.04.03.12.361.0006 2.012 33.90.32	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita

✓ Efetuará o pagamento em até 15 (quinze) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissão das Certidões Negativas em dia.

#### 9- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 10- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valores foi pensada CONSIDERANDO o disposto nos Artigos 23 da Lei Federal 14.133/2021, IN de nº 73, de 05 de agosto de 2020 SLTI/MP e a IN Nº 65, de 07 de julho de 2021.

Vale salientar que as pesquisas realizadas no painel de preços do governo informam preços



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

### ESTADO DE MINAS GERAIS

praticados nos Processos Licitatórios de Outras Prefeituras e Órgãos Governamentais e outros. Diante do fato como estimativa de valor de estimado para contratação utilizaremos como base os valores encontrados em pesquisas de preços com empresas do ramo.

De acordo com a média e diante do exposto a Prefeitura Municipal decide como previsto/estimativa de Valor para a contratação o valor máximo de R\$ 4.831,16 (quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e dezesseis centavos) pelos serviços prestados.

#### 11- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO VENCEDOR

- ✓ Cartão CNPJ;
- ✓ Cópia do CPF e RG do administrador e sócio administrador da empresa;
- ✓ Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- ✓ Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;
- ✓ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/11.
- ✓ Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta dispensa, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

**Munhoz/MG, 22 de maio de 2025.**

---

**DORIVAL AMANCIO FROES**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**RENATA SERAFIM BORBA**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

---



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

## ANEXO IV– FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

Ficha Técnica Descritiva do Objeto			
Número do edital:			
Órgão comprador:			
Lote/Item	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA ou MODELO
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no edital):			
Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).			
Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. <b>(Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP).</b>			
Data:			

**OBSERVAÇÃO: POR FORÇA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE.**

**APÓS A FINALIZAÇÃO DA FASE DE DISPUTA DE LANCES DE TODOS OS LOTES, OU SEJA, TODOS OS LOTES DEVERÃO ESTAR NA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS, A PARTIR DO HORÁRIO DA MENSAGEM DE SOLICITAÇÃO DA PREGOEIRA, O PARTICIPANTE TERÁ 02 (DUAS) HORAS DE PRAZO PARA ANEXAR A FICHA TÉCNICA NA PLATAFORMA.**